

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 1309

Data: 12/01/90 Pg.: 15

Tuma vai à Justiça para explicar ação em Roraima

O procurador da República ameaçou Tuma de prisão se ele não esclarecesse acordo com garimpeiros

BRASÍLIA — O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, compareceu ontem à Justiça Federal, em Brasília, para dar explicações ao juiz substituto da 7ª Vara, João Batista de Aguiar, sobre o acordo firmado com os garimpeiros de Roraima, considerado ilegal pela Procuradoria Geral da República. O procurador Eugênio Aragão pediu a prisão em flagrante de Tuma caso ele não comparecesse à Justiça Federal, porque considera que, ao dar seu aval ao acordo que transfere os garimpos das terras dos índios ianomamis para as florestas nacionais de Roraima, o diretor-geral da PF está descumprindo a ordem judicial da 7ª Vara.

A ordem da Justiça determina a retirada dos garimpeiros de uma área de 9,4 milhões de hectares, incluindo as florestas nacionais. Tuma disse, no entanto, que está obedecendo a ordem judicial de 20 de outubro, que a polícia não suspendeu a operação de retirada dos garimpeiros de dentro do território dos índios e que está cumprindo o cronograma, que prevê a desocupação da área em 90 dias.

O diretor geral da PF informou, ainda, que o governo federal vai tentar cassar parte da liminar da 7ª Vara para permitir que a garimpagem seja praticada em áreas das florestas nacionais. Ele garantiu, porém, que a liminar está sendo cumprida pelo governo, mas admitiu ao mesmo tempo que os garimpeiros já estão indo para as florestas. "Eles vão para lá mas não podem garimpar por enquanto", disse, sem esclarecer como a PF fiscalizará isso.

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, por sua vez, reagiu ontem com ironia à iniciativa da Procuradoria Geral da República de pedir a prisão preventiva do diretor-geral da Polícia Federal. "A única cadeia para onde o doutor Tuma pode ser levado é a de rádio e televisão", afirmou o ministro. Para Saulo Ramos, nada impede que o governo, de acordo com a Constituição, demarque área para atividade legal da garimpagem nas florestas nacionais.

Saulo Ramos afirmou que a polémica, em última instância, pode ser levada para decisão do Supremo Tribunal Federal, mas garante que o governo está agindo corretamente. O subprocurador da República Carlos Victor Muzzi alega que existe liminar determinando a interdição de nove milhões de hectares para os ianomamis, incluindo as duas florestas nacionais em Roraima. "O subprocurador está agindo com excesso de zelo", afirmou Saulo Ramos, ao lembrar que "é até normal que o pessoal da burocracia requisite informações escritas, que serão repassadas".

O ministro argumenta que não há descumprimento de liminar e explica que o governo deve aplicar a lei que está em vigência. Segundo ele, a liminar manda retirar da área ianomami e da Floresta Nacional os que estão ocupando os locais irregularmente. "Estamos tornando lícita a atividade dos garimpeiros em área onde o governo demarcará", afirma. Saulo Ramos disse, ainda, que "a partir da demarcação, formação de cooperativas e transferência de permissão de uso de lavras, o contrabando de ouro e garimpagem individual acabará".



Agentes federais conferem rota de avião para o garimpo: "coexistência pacífica"

Viagens já estão normalizadas

MÔNICA TORRES MAIA

BOA VISTA — As viagens entre Boa Vista e os garimpos instalados no noroeste de Roraima praticamente se normalizaram ontem. Decolavam do aeroporto e das pistas alternativas ao redor da cidade, vigiadas pela Polícia Federal, monomotores e bimotores carregados de mantimentos, combustível e equipamentos de garimpo. A ordem de reter esse tipo de carga e os garimpeiros que se dirigissem para a região só durou dois dias: a operação Canaimé foi modificada com o acordo selado entre a Polícia Federal e a União dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal).

Venezuela teme pela fronteira

BRASÍLIA — Preocupado em evitar que os garimpeiros que ocupam as terras ianomamis invadam território venezuelano em busca de ouro, ao partirem em direção às florestas nacionais, o governo daquele país estuda medidas de proteção de sua fronteira com o Estado de Roraima, informou ontem o embaixador da Venezuela, Fernando Gerbasí. Uma reunião para tratar do assunto já foi acertada para o dia 16, entre o vice-ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Raul Tallardat, e representantes do governo brasileiro.

As autoridades dos dois países discutirão medidas conjuntas "para evitar que novas invasões voltem a acontecer no futuro", afirmou Gerbasí. Nos últimos meses, tropas venezuelanas expulsaram duas vezes cerca de 3.500 garimpeiros brasileiros que ocuparam a região do Cerro Chalbou, nas nascentes do Rio Orinoco. A Venezuela avalia a possibilidade de aumentar o número de postos de fiscalização na fronteira.

"Adequamos o planejamento à situação real", explicou ontem o porta-voz da PF, João Martins. "O plano previa uma atuação de choque, de confronto. Agora, há coexistência pacífica entre a polícia e os garimpeiros", afirmou. O presidente da Usagal, José Altino Machado, acredita que o governo federal armou uma ação sem levar em conta a complexidade do problema. Há regiões, como Waikais, Baixo Mucajai e Baiano Formiga, em que os índios deveriam esboçar reação com a saída dos garimpeiros, em função da convivência de alguns anos, e, segundo Machado, "da omissão do governo ao longo do tempo".

Ontem, os aviões saíram de Boa Vista com cargas para os garimpos, desde que os pilotos preenchessem um formulário, garantindo que não estavam indo para terras dos índios ianomamis. Mas não há meios de saber se eles declaravam o destino real, já que os agentes federais ainda não estão nestas áreas. "Não importa o que eles façam, não importa se armaram um circo", comentou o porta-voz da PF, ao assegurar que a missão de desocupação dos garimpos será cumprida a partir do dia 17. "Estamos confiando, mas, se descobirmos que o acordo foi quebrado, retornaremos o plano inicial", avisou.

CNBB quer a sociedade unida com os ianomamis

Durante reunião do Conselho Nacional da Segurança Pública, realizado ontem em Belo Horizonte, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, convocou a sociedade brasileira a se "levantar, coesa e firme", em defesa das terras dos índios ianomamis. Segundo ele, deve ser feita uma "ação de salvaguarda pela população", para impedir a transferência dos garimpeiros para outras áreas indígenas, na Floresta Nacional de Roraima.

Dom Luciano criticou duramente o acordo feito entre o governo federal e os garimpeiros, considerando-o um desmando. "É querer a dizimação de um povo", afirmou. Ele revelou que a Igreja já está naquelas terras há mais de 20 anos, e disse que o papel da instituição é defender a tribo e garantir que tentaria, ainda ontem, falar com o presidente José Sarney, o ministro da Justiça Saulo Ramos, e o superintendente da Polícia Federal,

Romeu Tuma, para intervir a favor dos índios. "Não podemos ser meros espectadores da dizimação de um povo", insistiu o bispo. Dom Luciano disse que esperava a remoção dos garimpeiros para áreas onde não existissem índios.

Em São Paulo, numa reunião entre políticos para discutir o assunto, também realizada ontem, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT) afirmou que a ilegalidade do acordo é evidente: "O governo não pode ceder uma área de garimpagem próxima à reserva indígena sem o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) e sem autorização do Ibama e isso não foi feito". Já Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão de Criação do Parque Ianomami, observou que no território indígena há hoje 45 mil garimpeiros que estão matando gradativamente os dez mil índios da região por transmitirem a eles doenças como malária e tuberculose e por contaminarem os rios com mercúrio.